

Parte II - Segurança, polícia e sociedade

Indicações e tendências no âmbito da segurança pública

Ivone Freire Costa

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

COSTA, IF. Indicações e tendências no âmbito da segurança pública. In: *Polícia e sociedade: gestão de segurança pública violência e controle social* [online]. Salvador: EDUFBA, 2005, pp. 169-183. ISBN 978-85-232-1219-3. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Indicações e Tendências no Âmbito da Segurança Pública

A construção deste capítulo está fundada em 3 questões formuladas aos chefes de família do Bairro da Liberdade, em Salvador.

1) Se o(a) Sr(a) fosse o(a) Secretário(a) de Segurança Pública do Governo do Estado ou Comandante Geral da Polícia, o que o Sr(a) faria para dar segurança aqui no bairro?

2) E se a Polícia fizesse isto tudo, resolveria o problema de segurança no bairro? Sim, Não. Por quê?

3) Pensando no futuro, o que o(a) Sr(a) acha da segurança aqui no bairro da Liberdade? Vai melhorar, vai piorar, ou vai ficar na mesma. Por quê?

Em relação às indicações de Segurança Pública e ao papel da Polícia na sociedade, inferidas das respostas à primeira pergunta, foram desenvolvidas as seguintes constatações a partir do quadro traçado pelos chefes de família das camadas populares na cidade do Salvador.

Observou-se que há uma tendência para visualizar os meios de combate à insegurança social através de um único ângulo: ou da quantidade ou o da qualificação do efetivo policial no bairro. Com base nessa visão é possível afirmar que as pessoas entrevistadas têm dificuldades em identificarem, simultaneamente, dois diferentes fatores de um mesmo problema. Tal fato pode ser considerado um limite do exclusivismo de análise eqüidistante de uma visão ampla da segurança pública que precisa ser mais bem discutida a respeito dos segmentos populares.

Essa mesma situação foi detectada a partir da definição do conceito de segurança pública, formulado pelos chefes de família e pelos policiais.

As medidas de segurança pública, indicadas pelos chefes de família para as áreas populares, revelaram um aparente contra-senso em relação à avaliação negativa que estes mesmos chefes de família tinham feito sobre o desempenho da Polícia no bairro. Essa contradição ficou evidenciada, pois 80,7% dos entrevistados propuseram como medidas de segurança no bairro, mais policiais nas ruas, mais módulos, mais preparo e melhores condições de trabalho para os policiais.

Tentaremos em seguida, discutir os aspectos que emergiram de cada uma das respostas às três questões iniciais.

Em relação à primeira pergunta: *1) se o (a) Sr (a) fosse o (a) Secretário (a) de Segurança Pública do Governo do Estado, ou Comandante Geral da Polícia Militar, o que o (a) Sr (a) faria para dar segurança aqui no bairro?*

Numa possível condição de autoridade de Estado, os entrevistados imaginaram uma série de medidas que levariam as classes populares a conquistar a segurança pública em sua área de moradia. Em primeiro lugar, indicam as medidas relativas ao aumento e ao preparo do contingente policial, além de melhores condições de trabalho para o policial, aí incluindo, melhores salários. Logo em seguida, apontaram a educação dos jovens, o desarmamento geral e a extinção do tráfico de drogas.

Tabela 45 - Medidas de Segurança Pública (Chefes de Família)

Medidas de Segurança Pública	Nº Citações	Frequência
Mais policiais nas ruas	34	31,1 %
Mais módulos, delegacias e viaturas	15	13,8 %
Preparo, melhores salários e condições policiais	39	35,8 %
Educação para os jovens	8	7,3 %
Acabar corrupção	7	6,4 %
Desarmamento geral	3	2,8 %
Acabar tráfico de drogas	3	2,8 %
Base	109	100,00 %

Fonte: Pesquisa de Campo.

Em relação a essas medidas, constatou-se que, se de um lado propõem mais Polícia em termos estritamente quantitativos, a exemplo de *um policial em cada esquina, a cada 100 metros uma dupla, rondas dia e noite etc.* do outro lado, rejeitam a Polícia pela forma de agir. Esse percentual de rejeição da Polícia chega a atingir mais de 80% dos chefes de família entrevistados. Em contrapartida, confor-

me se tentará explorar mais adiante, os chefes de família estabelecem com policiais, em sua área de moradia, uma espécie de cumplicidade para obter mais segurança e conquistar uma melhor forma de sobrevivência de vida no contexto da violência social.

Já em relação à segunda pergunta: 2) *E se a Polícia fizesse isto tudo, resolveria o problema de segurança, no bairro? Sim, não, por quê?*

Foi curioso constatar que mais 80% dos chefes de família acreditam que o problema não se resolveria. Todavia, entre os chefes de família existem aqueles que acreditam que a Polícia poderia diminuir um pouco a insegurança se atuasse em prol do controle da marginalidade e da criminalidade. Dos chefes de família entrevistados, mais de 6% reconheceram que, se fossem eles, acabariam com a corrupção na Polícia, argumentando que com isso a violência passaria a ser combatida com mais eficácia.

A tabela 46 apresentará uma tentativa de sistematizar as respostas da questão que pretendeu conhecer o papel que as camadas populares atribuem à Polícia na segurança pública.

Tabela 49- A Polícia na Segurança Pública (Chefes de Família)

Categorias	Freqüência
Inibiria a ação dos marginais	52,0%
Amenizaria os problemas de segurança	34,1%
Reduziria o medo, a violência,	3,8%
Não se Aplica/ Não Respondeu	10,1%
Base	79

Fonte: Pesquisa de Campo.

Da leitura do quadro anterior parece claro que, para as camadas populares, o papel da Polícia na segurança pública seria o de inibir a ação dos marginais, amenizar os problemas de insegurança e reduzir o medo e a violência. Tudo isso seria possível, com profissionais bem preparados e valorizados pela Instituição. Assim, eles trabalhariam melhor e, talvez, não se envolvessem com os marginais. Sentir-se-iam valorizados, com a auto-estima elevada e isso acabaria por se refletir no seu trabalho. Seria uma Polícia voltada para o bem do cidadão. Inclusive, muitos declararam que quando a ronda chega, os marginais temerosos, se recolhem. Deduz-se, portanto, que se a Po-

lícia atuasse diretamente com rigor, muitos casos de assaltos e de homicídios poderiam ser evitados. Se realmente a Polícia estivesse preparada, os moradores se sentiriam mais seguros e os marginais se inibiriam, ou seja,

os vagabundos ficariam com medo de assaltar e de roubar. E somente a presença da Polícia seria suficiente para inibir os marginais. Os assaltantes não agiriam tão à vontade se existissem mais policiais nas ruas. A marginalidade existe devido aos poucos policiais e à falta de armamentos para eles agirem. (Depoimento de um chefe de família)

Com melhor qualificação, portanto, a Polícia teria condições de agir com mais eficiência em relação aos cidadãos.

É bem verdade que se tais questões fossem solucionadas, o problema da segurança social ainda assim não estaria de todo resolvido, porquanto existem outros fatores envolvidos no caso. Neste sentido, a solução para a segurança parece ser bem mais complexa que o controle e/ou combate à criminalidade. Dizendo de outra maneira: a segurança nunca será plena enquanto perdurarem as pontas aceradas de um antigo dilema – a questão do desemprego, ou melhor, da possibilidade de emprego para todos. Talvez esteja aí o nó górdio do assunto: educação e emprego. Assim, não se resolvendo aquele conjunto de medidas referentes ao trabalho, à saúde e à educação, essa imensa e atribulada série de dificuldades não de prosseguir.

Resumindo, sozinha a Polícia não resolveria o problema da segurança porque ela se apresenta: mais complexa do que o simples controle da marginalidade; requerendo uma estrutura muito mais globalizante do que simples policiais na rua; como um problema social, de educação e de emprego, particularmente para os jovens.

Logo, a repressão não resolveria os problemas de segurança. O necessário seria prevenir a violência. Sem a educação, o problema persistirá, porque, se elimina um ladrão hoje, amanhã surgem mais dez no seu lugar. Deste modo, torna-se urgente a resolução dos problemas da educação e de colocar os jovens na escola. Quanto a isto, um dos chefes de família observou que, “se todos moram e crescem no mesmo lugar, porque uns vão para o crime e outros não?”

Por outro lado, chamou-nos particularmente a atenção o fato dos chefes de família considerarem que, sozinha, a Polícia não resolveria os problemas da segurança pública. Isto, aliás, vem ao encontro da idéia que se defende de que o problema de gestão da segurança pública não é apenas um problema de Polícia. Conforme se constatou, esse quisito envolve um conjunto de aspectos de dimensão institucional, social, compreendendo os direitos do indivíduo à proteção, à educação, à moradia, ao emprego, enfim os direitos a uma vida digna em sociedade. Portanto, não é a Polícia que vai resolver os problemas da insegurança social, isto é, da violência. Contudo, também não se pode admitir que ela promova a insegurança. Reforçando esta assertiva em dois diferentes aspectos da sua abordagem, apresentam-se alguns dos depoimentos dos entrevistados sobre a extensão da problemática da Polícia na segurança pública: “[...] A Polícia pode diminuir tudo isto, mas não vai resolver. Um deles acrescentou: é impossível se colocar um policial para cada cidadão. [...] a população é quem tem de se proteger sozinha, porque nunca vai deixar de existir violência, roubos e mortes”.

Mas, afinal, qual é de fato o papel da Polícia na sociedade? Que sentido as camadas populares lhe atribuem, em relação à sua segurança? Os diversos sentidos que a Polícia transmite às camadas populares, poderão ser descritos como seguem:

- Um é o sentido de defesa e, ao mesmo tempo, de rejeição da Polícia como instituição pública, quer dizer: reconhece-se a necessidade da Polícia, como instituição de segurança pública, mas rejeita-se a forma como os policiais se relacionam com as camadas populares durante o exercício do trabalho policial nos bairros populares;
- O outro é que os chefes de família não acatam a Polícia como instituição pública, mas estabelecem, com alguns agentes policiais que se colocam no desvio da função, uma espécie de cumplicidade, associando-se a traficantes para obterem a segurança de que necessitam.

Na primeira assertiva, de defesa em simultâneo com rejeição da Polícia, como uma instituição pública necessária, percebeu-se que tal postura pertence a chefes de família que acreditam e têm esperança na mudança social;

Já na segunda, isto é, aqueles que estabelecem uma cumplicidade visando alcançar segurança, pode-se constatar que esses chefes de família atribuem à capacidade individual que cada um tem de se articular com policiais, marginais, ladrões e traficantes a obtenção da própria segurança. Verificou-se ainda que estes chefes de família são, por coincidência, aqueles mesmos que não reconhecem o estado de violência vigente e negam a insegurança social. Também são, adicionalmente, os que não tem mais esperanças no Estado e em suas instituições. Em outras palavras são aqueles que acreditam que a segurança pública seria uma questão de capacitação pessoal e não de instituição ou de governo, porque já perderam a confiança e as esperança no aparato institucional.

Tudo isto foi entendido como estratégias de sobrevivência social. Um mecanismo utilizado pelas camadas populares como omissão do Estado no fazer social, fechando olhos para a existência de policiais corruptos que fazem da farda um trunfo para benefício próprio, em detrimento da proteção da comunidade. Segundo a visão daqueles que estabelecem a cumplicidade, a violência não existe, quer dizer, não existe insegurança e a atuação da Polícia é positiva, não havendo nada para reclamar. Isto traduz um outro olhar, uma outra forma de ver o próprio mundo agora recriado, lamentavelmente, no seio mesmo da própria violência social.

Estas duas perspectivas traduzem traços característicos da Polícia no tocante à segurança pública no país, na ótica das camadas populares.

Sem embargo, aqueles que rejeitam a Polícia aspiram a uma corporação mais qualificada em todos os sentidos. Daí a obtenção de respostas como:

- uma Polícia nos moldes de Guarda Municipal em ação;
- ações conjuntas com as organizações de bairros;
- aumento do efetivo da Polícia;

- atendimento 24 horas pelas Delegacias;
- mais viaturas para os atendimentos;
- mais módulos policiais;
- melhoria das condições de trabalho policial;
- melhor treinamento dos profissionais de segurança pública;
- aumento de salários para os policiais.

Contudo, para aqueles chefes de família que estabelecem cumplicidade com policiais e traficantes, há sempre justificativas explícitas em relação à corrupção dentro da Polícia. Eles assumem o discurso corporativo para justificar o comportamento corrupto do policial pelos baixos salários que recebem. Desse modo, nada sugerem para que possa melhorar a atuação institucional dos organismos de segurança na sociedade, especialmente junto às camadas populares que são os que mais convivem com a violência social.

Para concluir, dir-se-ia que a aparente contradição encontrada nas declarações sobre a necessidade e rejeição da Polícia pelas camadas populares é problemática, uma vez que reflete as deficiências em que a vive a Polícia, como uma entidade prestadora de serviço de proteção aos cidadãos, sendo vista, ao mesmo tempo, como aquela que transmite insegurança social a esses segmentos da sociedade. Os problemas da violência social não vêm sendo resolvidos e, como anteriormente discutido, ampliam-se as dificuldades para a mudança de qualidade da segurança pública e da atuação da Polícia na sociedade, porque envolve também mudanças de valores e de visão dos policiais.

Quando foram comparados os resultados em relação às medidas de segurança, com os conceitos emitidos pelos chefes de família e o significado da Polícia na segurança pública, observou-se que alguns estabelecem uma relação antagônica a propósito do combate à violência, pelo aumento quantitativo do contingente policial. Este é um equívoco que deve ser afastado porque tende a reduzir a violência a uma única dimensão patológica.

Quando pesam tais considerações, verifica-se que o Estado é omissivo na prestação dos serviços sociais básicos. Do mesmo modo, nesse contexto de violência e sem condições de vida e de trabalho, a

Polícia revela suas três faces: a da sua necessidade como instituição; a da sua rejeição pela forma como atua; e a da corrupção de policiais, em desvio institucional/social.

Investigadas as possibilidades de mudança da segurança pública, através de uma escala de graus, segundo as perspectivas, quer da Polícia, quer das camadas populares de Salvador, obtiveram-se os seguintes resultados:

Tabela 47 - Tendências da Segurança Pública (Polícia)

Tendência Segurança	Nº Cit.	Frequência
Melhorar	11	37,9 %
Piorar	7	24,2 %
Ficar na mesma	11	37,9 %
Base	29	100 %

Fonte: Pesquisa de Campo

Perspectiva da Polícia

É nítido que para 62,1 % dos policiais entrevistados, não há esperanças de melhorias no que se refere à segurança pública.

Para mais de 37% dos entrevistados é possível acreditar na mudança, perspectiva que se deve a: maiores exigências de nível intelectual, na formação profissional do policial e de sua melhor capacitação; contratação de serviços de segurança particular; cobrança da própria sociedade por mais segurança; e algumas iniciativas governamentais implementadas.

Os policiais entrevistados que não acreditam na mudança apresentaram as seguintes razões para as suas convicções:

[...] a violência que atinge as famílias, com elevado índice de agressões aos filhos pelos pais e vice-versa;

[...] falta educação; [...] agravamento dos problemas sociais, principalmente o desemprego;

[...] falta de preparo, de armamento, baixos salários dos policiais, melhores condições de trabalho e aparelhamento;

[...] o sistema é superado, é preciso rever o código penal e manter a família como base;

[...] os governantes não se preocupam com a violência e, com isso, caminha-se para o caos na segurança; a marginalidade cada dia cresce mais e eles não querem policiais nas ruas; não se sente o interesse das autoridades;

[...] a questão não é só o salário; há necessidade melhorar as condições de vida para se trabalhar com segurança nas ruas;

[...] não há projetos, reciclagem, cursos, incentivos para resolver o problema.

Outro argumento é que:

[...] quando se pega um menor ele vai logo falando, tenho os meus direitos e o problema da segurança é social e só haverá uma solução a longo prazo. Esperar passar esta geração para vir a de controle rígido de natalidade, que se faz necessário. Se não há vagas nas escolas e nos hospitais; assim como se não houver unificação das Polícias não haverá melhora. Temos que tentar melhorar.

177

IVONE FREIRE COSTA

Perspectiva das Camadas Populares

Para os chefes de família (74,3%) não há esperanças quanto às mudanças da segurança para as áreas de baixa renda da cidade, conforme poderá ser verificado através da tabela 48.

Nessa perspectiva, poder-se afirmar que o quadro futuro da segurança pública no Brasil, sob a ótica das camadas populares, é de falta de confiança no governo e o de desesperanças no futuro.

Tabela 48 - Tendências da Segurança Pública sob a Ótica da Família

Tendências da Segurança Pública	Nº Citações	Frequência
Melhorar	28	25,7 %
Piorar	34	31,2 %
Ficar na mesma	47	43,1 %
Base	109	100.0 %

Fonte: Pesquisa de Campo

Os 74,3% dos chefes de família que acreditam que a tendência da segurança é *piorar ou ficar na mesma* justificaram esta descrença, alegando o pouco interesse e a falta de vontade dos governantes. Segundo os entrevistados, os projetos governamentais para a área de segurança pública não são implementados. Por sua vez, a Polícia continua

despreparada para prestar os serviços de proteção demandados pela comunidade, e prosseguem auferindo salários incompatíveis com o grau de sua responsabilidade pública. O descompromisso dos vereadores eleitos pela corporação é gritante, pois quando se encontram na Câmara não cumprem o que prometeram no período eleitoral. Desse modo, um conjunto de aspectos sócio-políticos estruturais estão diretamente interrelacionados com a problemática da segurança pública não existindo qualquer perspectiva de solução pelo governo. Os chefes de família sobre estes aspectos perderam as esperanças em qualquer tipo de mudança, especialmente em aspectos mais relacionados com os extratos menos favorecidos economicamente na sociedade.

Os depoimentos seguintes refletem esta visão quase conformista dos chefes de família

[...] nada melhora para os pobres e existe pouco interesse pelos governantes; nesta região só tem pobre; acredito que deveria colocar mais policiais nas ruas e estes saberem que estão ali para nos proteger ; [...] sentiria segurança se soubesse que a rua está policiada; [...] ninguém põe nada em prática; [...] se os governantes quisessem melhoraria ; [...] nesse ano de eleição quem faz festa é quem ganha; são pessoas despreparadas que vão para a cama e não fazem nada; não há nada de concreto para melhorar a segurança: são projetos que ficam só no papel; tudo aqui no Brasil acaba na mesma coisa; até agora não vejo preparação da Polícia; [...] Só os políticos influentes podem fazer algo; mas não se interessam pelos nossos problemas. No futuro se tornará estável. Continuará por muito tempo assim até que uma providência seja tomada pelas autoridades. [...] Terá de acontecer algo muito sério para se tomar uma providência. [...] O bairro tem crescido muito e a possibilidade de combater a violência está cada vez mais remota. [...] O governo tem interesse na manutenção da Polícia autoritária [...] o povo não tem a atenção que merece; se matarem um policial está arriscado no mínimo em três meses eles te revistar, mas quando cair no esquecimento, um abraço.

Outro argumento mencionado pelos chefes de família sobre a tendência de a segurança pública piorar centra-se na falta de políticas educacionais e na interdependência desse fator com a segurança. Pode-se ver a maneira como alguns deles interpretam a re-

lação da educação com a segurança, ao afirmarem que pode constituir uma ameaça para o governo e para a Polícia. A declaração que se segue ratifica tal assertiva:

[...] Falta educação, não há interesse pela educação das camadas pobres: existe o interesse de o cidadão não se educar para que o mesmo dê trabalho a Polícia e aumente os seus serviços; [...] se o cidadão tiver conhecimento, não precisará da Polícia, então a vontade é que haja desordem para que haja Polícia. Só com muita educação para mudar a segurança.

O quadro sobre o futuro, traçado pelas camadas populares, é estarrecedor. Nele, vê-se o desemprego, o tráfico de drogas, crianças de 10 a 12 anos com arma na mão e os baixos salários dos policiais. E, segundo um dos chefes de família, caso se leve em conta o modo como as mães estão criando os filhos, a tendência é para piorar. Esta visão transparece no seguinte depoimento: “[...] ninguém, nem a polícia nem o governo, toma uma atitude efetiva; eu não tenho esperança, porque o jeito que as mães estão criando seus filhos não vai dar em nada que preste; não há futuro; é o marginal ensinando para criança que vira marginal”.

Os entrevistados ainda enfatizaram que o aumento do desemprego acentua a tendência de a segurança piorar, porque com isso torna-se difícil qualquer mudança. Além do mais, observam que não há mais respeito ao outro, os testemunhos que se seguem:

[...] os vagabundos não respeitam mais; não se pode mais retornar ao local onde se mora, na Meireles os ladrões pensam que vamos olhar, espionar, são todos pivetes e hoje não respeitam os mais velhos; antes os ladrões baixavam a cabeça quando alguém da rua o reconhecia; hoje está difícil; [...] a polícia civil não respeita ninguém, invade as casas sem autorização: todo dia na televisão a gente vê despreparo da Polícia; é excluído da instituição, mas continua com a arma na cintura e atirando em quem quer; nós corremos perigo no momento em que não tem policiais nas ruas; [...] acho que piorou, porque ninguém vem aqui falar sobre o policiamento. Os políticos não olham para a periferia.[...] Enquanto não acabar o desemprego, o pobre vai continuar a roubar. Os assaltos, mortes, agressões, brigas de família, as pobres construções, drogas, são coisas que acontecem aqui e me deixam chateado. [...] Gostaria de morar em

um lugar mais tranquilo, com pessoas mais tranquilas, menos alcoolizadas e violentas. Porque já estou aqui há muito tempo e não vi melhora nenhuma. Deixa a desejar já que tiraram todos os postos e a Delegacia. Tem policiamento, mas não é suficiente para a quantidade de pessoas;

[...] Com o crescimento de tráfico de drogas, no bairro a situação vai piorar. O tráfico de drogas vai acabar mandando no bairro. Se o tráfico de drogas se fortalecer, isto aqui vai parecer um morro do Rio de Janeiro. O bairro está cada vez mais violento e ninguém faz nada para mudar. O desemprego só fez aumentar, e com fome muitos são obrigados a roubar e traficar drogas;

[...] A violência do tráfico é muito pior e a tendência é eles se fortalecerem no bairro. Nenhuma mudança significativa ocorreu por aqui e a crise social se fez aumentar, portanto, tendência é piorar. Alto índice de desemprego. Aumento da população;

[...] O policial que trabalha aqui na Liberdade deveria ser rotativo. O salário não é compatível, ele fica viciado. Não tem investimento na segurança. O investimento é feito na aparência. Se continuar com este salário que está vai piorar. O que a gente precisa é de pão e circo. O bairro cresce e os problemas vão aumentando. Porque até agora não resolveram nada e daqui pra frente vai piorar tudo. Não vejo os políticos se manifestarem para melhorar;

[...] A curto prazo a tendência é piorar. Má remuneração, falta de consciência dos governantes. Aumenta o número de bandidos, o povo está ficando com fome, aumenta roubos, assaltos e tudo mais.

A despeito dessas manifestações, para 25, 7 % dos chefes de família entrevistados, a tendência da segurança é para melhorar. Resalve-se, contudo, que estes também já perderam as esperanças em um futuro melhor para a segurança pública. Assim, pode-se afirmar que a descrença no poder público atingiu 100 % dos chefes de família entrevistados, conforme se pode inferir das seguintes declarações:

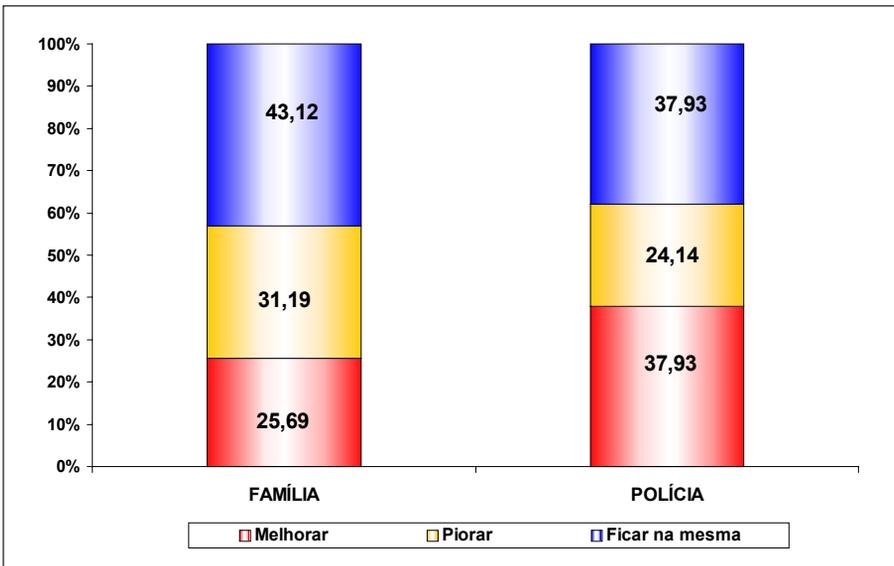
[...] há a esperança, porque se acabar a esperança, acaba a vontade de viver; [...] se houver vontade política: os 'cabras' eleitos recebem votos e não fazem nada [...] com o melhoramento da educação, haverá mais diálogo sobre este assunto, na escola se ouve mais sobre a segurança do bairro. E, se a gente falasse mais sobre a segurança esse problema seria melhor respondido.

Retendo uma visão de conjunto, podemos avaliar o futuro da segurança pública – segundo a totalidade dos policiais e dos chefes de família – como pessimista. O ponto de vista por eles expresso foi da mais absoluta desesperança e de um melancólico derrotismo, mormente pelo descrédito de uma tomada de posição por parte do governo quanto à resolução dos problemas da violência que atinge a todos indistintamente na sociedade.

Retomando algumas das observações que se consideraram mais relevantes, pode-se dizer que a insegurança social constitui uma das principais crises do Estado – senão a mais grave – que se relaciona diretamente não só com a omissão do Poder Público, como também com a ineficácia da Polícia na sociedade. Esta crise expressa o nível de insegurança individual e social, um profundo quadro de violência.

Figura 15

Tendências da segurança pública sob a ótica da polícia e das camadas populares da Cidade de Salvador



Fonte: Pesquisa de Campo

Insegurança Social

No quadro traçado pelas camadas populares e pela Polícia pode ver-se a incerteza de vida, a fragilidade dos laços sociais, o medo, a insegurança, enfim, o mais absoluto descrédito nas instituições. Contudo, parece que o Estado ainda não conseguiu destruir por completo a capacidade de livre arbítrio dos indivíduos na sociedade. Lamentavelmente, porém, vive-se um quadro de anomia social no qual prevalece a falta de referência aos valores dos direitos e do respeito pela dignidade humana. Aquela tendência para transferir para o Estado a responsabilidade pela insegurança, torna esta discussão necessária para que não se deixe cair em armadilhas de modelos de bem-estar-social, de denominação, já que o Estado brasileiro preservou o caráter repressivo da Polícia.

Parece não haver mais esperança de se fazer o social através do modelo estatal cujas políticas públicas se mostram discriminatórias. Ao mesmo tempo, ainda não se construiu alternativa.

O debate atual sobre o Estado desenvolve-se, sobretudo, a partir das posições ditas neo-institucionalistas, as quais acentuam a heterogeneidade das situações nacionais e o papel específico dos Estados e dos seus agentes. Essas abordagens analisam os Estados sociais dos países ocidentais, respondendo a um desafio comum: o problema da industrialização e o dos fatores de dissociação social que ela acarreta. No entanto, tais desafios se desenvolvem em ritmos distintos, mobilizando suas tradições nacionais e levando em conta as diferentes forças sociais presentes em cada contexto específico. O debate, contudo, permanece no plano metafísico e dependente de precisas análises comparativas dos diferentes contextos nacionais que ainda devem ser amplamente promovidos.

As várias posições a respeito do Estado Social traduzem restrições de fundo quanto à forma de governabilidade e a de fazer a segurança pública. O que se denuncia nas discussões acadêmicas não será tanto aquilo que o Estado faz em demasia, mas – e, principalmente, o fato de ele fazer mal o que deveria fazer bem por obrigação. Sem embargo, o que está em pauta atualmente é o avanço acelerado dessa violência e, particularmente, da insegurança, do medo da vida,

inclusive da possibilidade de crescimento das modalidades de busca de segurança, via mundo da iniquidade. Ora, no quadro traçado pelas camadas populares e pela Polícia a qualidade das ações do Estado no fazer social, seria dimensionada por sua capacidade de romper com este quadro, promovendo uma retoma de confiança nas instituições públicas e, de modo específico, na Polícia.

Voltando a Robert Castel¹, dir-se-ia que foram numerosas e variadas as críticas à maneira como o Estado conduziu a necessária libertação das tutelas tradicionais e das injustiças de antigas heranças. É o caso, por exemplo, do questionamento do modo de gestão tecnocrática da sociedade, tão intenso na década de 1960. Em outros termos: contra a denunciada despolitização da sociedade seria necessário que a ação política e social fosse novamente baseada no envolvimento dos cidadãos. A passividade é o preço que se pagaria por ter delegado ao Estado o papel de conduzir a mudança sem o controle da sociedade civil.

O vigor dos movimentos sociais dos anos 60 demonstrou a necessidade de uma exigência de responsabilidade dos atores sociais para romper com esse quadro de violência social. Sem dúvidas, todo o Estado moderno é mais ou menos obrigado a fazer o social visando mitigar disfunções e, assim, assegurar o mínimo de coesão social. Foi através do idealismo social-democrata que o Estado surgiu como princípio de governo da sociedade, isto é, como uma força que deveria assumir a responsabilidade pela melhoria progressiva da condição de todos. O que se observou, contudo, foi a manutenção e o crescimento da problemática da insegurança social, da criminalidade, do medo, da violência em todas as suas dimensões.

A análise que se procedeu permite dizer que a relação da Polícia com a sociedade se expressa na falta de confiança e no medo, simultaneamente com o desejo de reaparelhamento das instituições policiais, bem como o aumento quantitativo do seu contingente operacional. Através de uma visão criteriosa de sociedade, reflete a ambigüidade de uma instituição pública que deveria prestar segurança aos cidadãos e, ao contrário, acaba transmitindo ainda maior insegurança social.